



Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

Ofício nº 815/GP/2024

Brasília, *data da assinatura eletrônica.*

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal – segundo quadrimestre de 2024.**

Prezado Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça, referente ao segundo quadrimestre de 2024, nos termos do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

Atenciosamente,

Ministro **Luís Roberto Barroso**
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Luís Roberto Barroso, PRESIDENTE**, em 25/09/2024, às 15:43, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](https://portal.do.cnj.gov.br) informando o código verificador **1978592** e o código CRC **ACF90936**.

Atenção: Favor encaminhar resposta a este Ofício por meio do sistema Malote Digital ou Protocolo Eletrônico (<https://www.cnj.jus.br/formularios/protocolo-eletronico/>).



Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Tabela 1.2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal-União

<UNIÃO>-<PODER JUDICIÁRIO>
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDA DE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: SET/2023-AGO/2024

RGF-ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXE						
	(Últimos 12)						
	LIQUIDADAS						
	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.083.122,16	7.194.412,07	7.269.984,11	11.962.830,99	10.070.512,99	7.978.794,41	8.064.618,58
Pessoal Ativo	7.079.624,18	7.190.914,09	7.266.486,13	11.955.835,03	10.065.071,35	7.975.166,65	8.060.990,82
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.114.552,07	6.214.834,45	6.299.391,97	10.025.702,37	9.038.631,58	6.934.180,45	7.010.896,90
Obrigações Patronais	965.072,11	976.079,64	967.094,16	1.930.132,66	1.026.439,77	1.040.986,20	1.050.093,92
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.497,98	3.497,98	3.497,98	6.995,96	5.441,64	3.627,76	3.627,76
Aposentadorias, Reserva e Reformas							
Pensões	3.497,98	3.497,98	3.497,98	6.995,96	5.441,64	3.627,76	3.627,76
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)							
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente							
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.613,16	2.613,16	2.613,16	6.111,14	4.523,99	2.710,11	2.710,11
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária							
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração							
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração							
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.613,16	2.613,16	2.613,16	6.111,14	4.523,99	2.710,11	2.710,11
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.080.509,00	7.191.798,91	7.267.370,95	11.956.719,85	10.065.989,00	7.976.084,30	8.061.908,47

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)							1,3%
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)							:
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)							:
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)							:
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)							:

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e Resolução CNJ 177/2013, Unidade Responsável Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Data da emissão 20/09/24 e hora de emissão 12h00.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de Restos a Pagar não Processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não são considerados para fins de apuração.

NOTA 1: O limite máximo da despesa com pessoal é estabelecido pelo art. 20, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar nº 101/2000 para o Poder Judiciário Federal. A Resolução CNJ nº 177/2013 distribui o valor máximo de 6% entre os órgãos e entidades do Poder Judiciário Federal.

NOTA 2: As "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração" referem-se a pagamento de Pessoal cuja competência é anterior ao da apuração do RGF.

Wernne Pereira e Silva
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Johaness Eck
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por WERNNE PEREIRA E SILVA, SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE, em 20/09/2024, às 10:53, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por JOHANESS ECK, DIRETOR-GERAL - DIRETORIA-GERAL, em 20/09/2024, às 11:46, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por PAULO CESAR VILLELA SOUTO LOPES RODRIGUES, SECRETÁRIO DE AUDITORIA - SECRETARIA DE AUDITORIA, em 23/09/2024, às 23:18, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador 1974035 e o código CRC F2974694.

